

Proposto até o confisco de bens

A CPI da máfia do Orçamento poderá decretar o confisco de bens de todas as instituições sociais e de ensino vinculadas ao deputado Fábio Raunheitti (PTB-RJ) e ao ex-deputado Féres Nader (PTB-RJ). As entidades, que vêm se beneficiando de um enorme volume de recursos de subvenções sociais desde 1989, já estão sendo investigadas pelo Tribunal de Contas da União e, segundo o coordenador da subcomissão de subvenções, senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN), o próximo passo é a convocação de Raunheitti e Náder para explicar as ligações com o esquema da máfia do Orçamento.

“Primeiro vamos concluir o levantamento do montante de recursos que pode ter sido desviado para essas entidades desde 1989. Confirmado o desvio, podemos propor ao plenário da CPI o confisco de bens ou devolução desses recursos aos cofres da União. A CPI tem competência para isso”, explicou Garibaldi Alves Filho. Ele anunciou ainda que, além da convocação de Náder e Raunheitti, e da devassa que já está sendo feita pelo TCU nessas entidades ditas sociais, os membros da CPI podem se deslocar até o Rio.

“Temos levado alguns sustos na análise dos documentos que nos chegaram até agora. Num país miserável como o nosso, milhares de dólares estão sendo distribuídos para essas entidades sem qualquer critério. Resolvemos nos concentrar nas entidades do Rio de Janeiro pelo volume extraordinário de verbas que foram

liberadas todos os anos, desde 1989”, disse o coordenador da subcomissão.

Os membros da subcomissão receberam ontem todos os documentos relativos à liberação de subvenções, auxílio e contribuições pagos a essas entidades, no ano de 1992. Foi fixado um teto de 200 mil dólares. A partir desse valor, todas as verbas que foram liberadas serão investigadas, para identificar o autor da proposição de emendas, aplicação, execução de obras e processo de liberação nos ministérios.

“Depois de pedir a quebra do sigilo das entidades do Rio de Janeiro, vamos partir para uma radiografia do País inteiro, em todos os focos de suspeição de irregularidades. Vamos ampliar o campo de investigação, mas partindo do Rio de Janeiro”, explicou Garibaldi.

Até agora a CPI já aprovou a quebra do sigilo de 13 entidades localizadas no Rio de Janeiro: Hospital Escola São José, Associação Promotora de Evangelismo, Faculdades Integradas Augusto Motta, Sociedade Barramansense de Ensino Superior, Associação Fluminense de Educação, Associação Educacional Caxiense, Sociedade de Proteção à Infância e à Maternidade de Bom Jesus de Itabapoana, Ordem dos Ministros Evangélicos do Brasil, Faculdade de Direito de Nova Iguaçu, Centro Educacional do Realengo, Sociedade de Proteção à Infância e à Maternidade de Mesquita, Sociedade Assistencialista Barramansense de Ensino e Cultura e Colégio de Aplicação Sesni.